



PP – Açores

Palavra Parlamentar

Folha Informativa do Grupo Parlamentar do Partido Popular
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES

N.º 8

Junho de 1999

PARA QUE ABRIL SE CUMPRA É NECESSÁRIO RESPEITAR O PAPEL DO PARLAMENTO

Numa intervenção a propósito da discussão de um voto de saudação sobre o 25.º Aniversário do 25 de Abril, o Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Popular considerou que a Revolução “abriu as portas à autonomia político-administrativa” e “colocou nas mãos da Região os mecanismos necessários ao desenvolvimento dos Açores e ao bem estar e progresso dos Açorianos”.

Alvarino Pinheiro afirmou depois que “um dos principais reflexos da liberdade de Abril, nos Açores, é sem dúvida a existência da sua Assembleia Legislativa Regional” a qual tem “uma composição que reflecte, por via democrática, as várias correntes do pensamento político” e assim “revelou-se, ao longo de mais duas décadas, o legítimo fórum do debate político”. Da sua intervenção mereceu maior destaque:

“Ao nosso Parlamento cabe um papel relevante, que não advém apenas da sua eleição por via democrática, mas resulta principalmente do facto de, por via da Constituição e do Estatuto, estar definido para os Açores, um regime parlamentar.

Mas se é certo que ao longo destas mais de duas décadas, aqui ou ali, tenham ocorrido tentações de diminuir o papel desta Assembleia, também é verdade que os eleitores, através do seu voto, já demonstraram saber recordar que é nesta Assembleia que reside o poder.

É assim que, sejam quais forem, ou vierem a ser, os Governos regionais, para que Abril se cumpra, para que a Autonomia se continue a concretizar, o papel do Parlamento dos Açores jamais pode ser desrespeitado, ou sequer mal entendido.

Para que a democracia se realize, a liberdade de participação e de escolha têm de existir e não podem, por isso, ser sujeitas a qualquer tipo de condicionamento.

É para isso que aqui estamos. Convictos, firmes, determinados, em nome de quem nos elegeu. Desenvolvendo social e economicamente os Açores e assim engrandecendo Portugal”. (*Diário ALRA n.º 73*)

ALVARINO PINHEIRO DENUNCIA: NO SECTOR AGRÍCOLA FALTAM MEDIDAS DE FUNDO

Numa extensa intervenção, o Presidente do Grupo Parlamentar do CDS/PP disse que “apesar das dezenas de milhões de contos destinados a investimentos na área da agricultura açoriana, a todos os pretextos insistentemente divulgados pelos responsáveis políticos do Governo Regional do PS, lamentavelmente não se constata uma alteração estrutural”, citando o caso da carne e do leite a preços inferiores aos do passado e acusou o Governo de não interferir com um mínimo de garantias no processo de escoamento e valorização da nossa produção.

Alvarino Pinheiro recordou depois que o PP “na altura própria, apresentou uma recomendação, que foi aprovada, no sentido do Governo Regional fazer o que estivesse ao seu alcance para antecipar o pagamento à lavoura dos subsídios de ajuda ao rendimento”, tendo depois considerado que quanto aos apoios à motomecanização “estamos perante um autêntico desastre político e administrativo, que desacredita as Instituições” lembrando que quanto a apoios o Governo “tem de pagar a sua parte a tempo e horas”, mas que o Governo socialista “tem-se manifestado absolutamente incapaz de romper com uma prática antiga de ineficácia e desleixo”. O Deputado Popular denunciou depois “que os caminhos de acesso às lavouras nunca estiveram tão maltratados pelos poderes públicos como agora”, classificando a situação de “autêntico caos”, registando também “o facto de a gestão da Reserva Agrícola Regional estar a gerar grande insatisfação”. (*Diário ALRA n.º 68*)

REQUERIMENTOS APRESENTADOS

Foram apresentados pelo Grupo Parlamentar do Partido Popular requerimentos sobre diversos temas, dos quais se referem os seguintes:

AGRICULTURA

Face a afirmações do Secretário Regional da Agricultura Pescas e Ambiente, o Deputado Alvarino Pinheiro refere haver “elevado número de projectos apresentados pelos agricultores, no âmbito do PEDRAA II, que aguardam decisão, alguns deles há mais de dois anos”, referindo depois que “muitos projectos de 1.ª Instalação de Jovens Agricultores estão associados a candidaturas da Cessação da Actividade Agrícola e a sua não aprovação implica a não transmissão da exploração e por consequência a impossibilidade dos agricultores mais idosos beneficiarem da Reforma Antecipada”.

O Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Popular, para além de solicitar outros elementos e esclarecimentos pergunta a razão de “abertura do período de candidaturas de Fevereiro de 1999, a todas as linhas de incentivos aos investimentos, quando antecipadamente sabia da impossibilidade da sua aprovação” e requer justificação do Governo Regional sobre “a não aprovação dos projectos apresentados pelos agricultores no âmbito da Portaria n.º 74/98, relativa ao apoio à ressementeira das pastagens prejudicadas pela seca do Verão de 1998”.

Noutro requerimento os Deputados Alvarino Pinheiro e João Greves requerem que o Governo informe se “tem sido tomadas medidas para evitar a importação de gado bovino de países que não oferecem garantias de isenção da BSE” e sobre medidas de melhoramento genético, tais como inseminação e transplante de embriões.

EXPORTAÇÃO DE CIMENTO

O Deputado Alvarino Pinheiro questionou o Governo sobre o facto de a exportação de cimento ensacado no Porto Oceânico da Praia da Vitória ser feita pelo Porto Pipas, em Angra do Heroísmo e sobre os motivos do impedimento de tal embarque ser feito pelo porto da Praia da Vitória, já que a actual situação está a causar avultados prejuízos no pavimento da estrada litoral da Terceira e constitui “uma ameaça adicional à segurança de pessoas e bens”.

INCENTIVOS: FIXAÇÃO DE PROFESSORES

Tendo em conta que o Governo Regional tem a intenção de reduzir “os incentivos em vigor destinados a fixar professores em determinadas ilhas ou zonas mais carenciadas dos Açores” e bem assim os

períodos de atribuição, o que preocupa pais, alunos, professores e sindicatos, o Deputado Alvarino Pinheiro solicitou ao Governo esclarecimento sobre as intenções governamentais, perguntando se “as alterações à regulamentação não são susceptíveis de alterar a qualidade do ensino prestado ou de reduzir as opções oferecidas aos alunos, já de si limitadas em algumas zonas dos Açores”.

ESTRADAS

Referindo o péssimo estado de conservação das estradas na Ilha das Flores, a ponto de o Governo o ter oficialmente considerado susceptível de por em causa a segurança do trânsito e tendo em conta verbas existentes em vários orçamentos, o Deputado Alvarino Pinheiro requereu informação sobre as razões que obstaram à não realização das obras, perguntando quando e como serão realizadas.

Noutro requerimento, o Deputado João Greves, considerando que a Estrada de Leste, na Ilha do Corvo, é “muito utilizada pelos corvinos para o trânsito de pessoas e viaturas e essencial para o desenvolvimento económico da Ilha”, perguntou ao Governo se a mesma vai ter pavimentação betuminosa, defendendo que só assim é possível garantir duração e mantê-la em condições.

Os deputados Alvarino Pinheiro e João Greves, considerando que as vias de comunicação com as freguesias da Costa Norte do Concelho de Ponta Delgada “se encontram em adiantado estado de degradação”, requereram informação sobre quando está previsto o arranjo e melhoramento da estrada que liga os Mosteiros aos Fenais da Luz.

INVESTIMENTOS

Face à demolição do edifício do Observatório Meteorológico das Flores, o deputado Alvarino Pinheiro perguntou ao Governo as razões da demolição, que estudos a basearam, e qual a intervenção urbanística prevista para a zona.

Noutro requerimento o Deputado Popular requer que o Governo Regional o informe sobre as razões que levaram o Governo Regional a participar na instalação de uma central de britagem para o sector público, quando na Ilha das Flores existe uma privada, cuja instalação foi apoiada por fundos públicos.

TODOS OS CANAIS DE TELEVISÃO PARA OS AÇORES

Em intervenção no Parlamento açoriano, o Deputado Alvarino Pinheiro afirmou que “na nossa Região, geograficamente afastada dos grandes centros, a informação tem particular importância no esbater das distâncias e do isolamento, no conhecimento dos mercados dos nossos produtos e na aproximação a comunidades com as quais partilhamos valores e cultura”, para referir que “o Partido Popular sempre defendeu que ela deve estar liberta de quaisquer dependências ou tutelas, sem esquemas mistificadores nem manipulações abusivas”.

O Presidente do Grupo Parlamentar do CDS/PP continuou “no pressuposto de que só é aceitável uma política de informação que promova a qualidade e vise consagrar, na prática informativa, o direito à diferença e à diversidade, o CDS/PP sempre defendeu a extensão à Região de todos os canais de cobertura nacional, nomeadamente RTP1, RTP2, SIC e TVI, com transmissão directa e integral”, reafirmando porém que “o Partido Popular defende também a manutenção do canal regional da RTP-Açores e a dinamização da produção local, designadamente através da revitalização das delegações de Angra do Heroísmo e da Horta”.

Na segunda parte da sua intervenção referiu-se ao problema então ainda existente, de falta de cobertura das Ilhas das Flores e Corvo pela RTP1, não obstante a mira já estivesse então disponível, denunciando que “o equipamento da Portugal Telecom, que transportará o sinal da RTP1 para o Grupo Ocidental, é o mesmo que há muitos anos existe, razão que permite concluir que também há anos os Florentinos e Corvinos poderiam ter acesso às emissões”.

(*Diário ALRA n.º 66*)

VOTO DE PESAR NUNO KRUS ABECASSIS

Por proposta do Partido Popular, a Assembleia Legislativa Regional dos Açores aprovou, por unanimidade, um voto de pesar pelo falecimento do Deputado do CDS/PP Nuno Krus Abecassis, “homem de convicções profundas” e “que nunca virou a cara ao combate das ideias, nem nunca temeu assumir responsabilmente os riscos inerentes às suas convicções”.

No texto do voto recorda-se que “na Assembleia da República foi um amigo recordado pelos seus pares, independente-mente do quadrante político de que era oriundo, pela afabilidade do seu trato, a nobreza do seu carácter e a natural bonomia das suas atitudes e intervenções, que o impuseram à consideração e admiração”.

REUNIÕES DE ÓRGÃOS DO PARTIDO POPULAR

Numa reunião da Comissão Directiva Regional, realizada a 13 de Março e em que foi registado “com apreço, o contínuo crescimento do

número de militantes do CDS/PP, que se tem verificado em cada uma das ilhas”, foi entendido que o acordo regional de incidência parlamentar entre o CDS/PP e o PSD “está prejudicado, pelo que não deve continuar”.

Numa reunião da Comissão Política Regional, órgão com representação de todas as ilhas e em que participou, nos termos estatutários, o Grupo Parlamentar na Assembleia Legislativa Regional, consta das respectivas conclusões que “na sequência de uma ampla discussão sobre a situação político-partidária, ficou evidenciada a unidade do Partido e a sua coesão em volta do projecto regional do Partido Popular”, tendo o Grupo Parlamentar dado “conhecimento da sua intenção de visitar todas as ilhas, para melhor se integrar da realidade local e dialogar com as instituições, forças vivas e responsáveis políticos locais, objectivo que foi considerado importante pela Comissão Política e revelador de grande empenho”.

DEPUTADO ALMEIDA E SOUSA

INTEGRA GRUPO PARLAMENTAR

O Deputado Nuno Almeida e Sousa optou por voltar a pertencer ao Grupo Parlamentar do CDS/PP na Assembleia Regional dos Açores.

Na intervenção que proferiu a propósito, declarou que “se alguma dúvida algum dia existiu sobre os meus compromissos, ficará hoje claro que os meus únicos compromissos são com o Povo dos Açores, principalmente com a população da Ilha de S. Miguel por onde fui eleito, e com o CDS/PP. Por isso nunca cedi a pressões, independentemente de virem de uns ou de outros” e afirmou ainda “que fique claro que o meu projecto é o do Partido Popular”. (*Diário n.º 70*)

Presidente da Assembleia Municipal do CDS/PP

Na dupla qualidade de Presidente do CDS/PP nos Açores e de Presidente do Grupo Parlamentar, o Dr. Alvarino Pinheiro apresentou felicitações a José Manuel Soares Hipólito, cidadão que encabeçou a lista do PP às últimas eleições autárquicas para o órgão deliberativo do município, aquando da sua recente eleição para Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Santa Cruz das Flores, tendo-lhe sido oferecida, na oportunidade, toda a cooperação no importante cargo que passou a desempenhar

GRUPO PARLAMENTAR DO CDS/PP NA DEFESA DA RECONSTRUÇÃO

DEPUTADO JOÃO GREVES

Na sequência da visita da Comissão Eventual de Acompanhamento da Acção Governativa no âmbito da reconstrução dos estragos do sismo de 9 de Julho, o Deputado João Greves disse “não posso, nem quero, deixar de alertar o Governo, das suas obrigações para com os sinistrados do Faial e das demais ilhas atingidas, porque depois do que vi e ouvi, se não o fizesse, ficaria com a consciência pesada. Embora reconheça que estas ilhas têm eloquentes e bons deputados para o fazer, no meu entender é mais uma voz que se junta aqueles que estão desesperados com a inércia dos responsáveis pela reconstrução”.

E acrescentou “as pessoas diziam-nos, durante as visitas *o CPR não faz nada e não nos deixam fazer*; só por isto podemos dizer que é uma Ilha revoltada e descontente com o Governo e realmente, no fundo, só lhes podemos dar razão”.

Afirmou depois que se estivesse na bancado do PS, naturalmente se sentiria envergonhado, “com a falta de sensibilidade do CPR e da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, na solução dos problemas desta tragédia” e “para ser claro e sincero, só se pode chamar a actuação de desumana, arrogante e covarde” e explicou “covarde, porque os responsáveis do CPR só tiveram a coragem de nos acompanhar algumas horas, não nos acompanhando durante toda a visita; de arrogante, porque ouvimos pessoas dizer que saíram do CPR pior do que entraram; de desumana porque ouvimos várias pessoas a chorar e a se lamentarem da maneira como estavam realojadas”.

O Deputado do PP diria ainda, “não se pode tolerar que um membro do Governo – o tal Governo que prometeu tanto diálogo – venha aqui falar, sem qualquer humildade, fazendo uma afronta aos que sofrem os resultados do sismo”

DEPUTADO ALMEIDA E SOUSA

Durante um debate parlamentar sobre a reconstrução nas ilhas sinistradas pelo sismo, o Deputado Nuno Almeida e Sousa reagiu com vigor a acusações levianas do líder da bancada parlamentar do Partido Socialista, sobre a forma como a Comissão Política da Ilha do Faial, do Partido Popular, tem abordado a questão da reconstrução.

Almeida e Sousa alertou a Câmara para o facto de ser inadmissível existirem ainda atrasos no processo de realojamentos e preocupação em relação à instalação provisória de sinistrados.

Acusou o Centro de Promoção da Reconstrução (CPR), de ser um centro de emprego e de clientelas políticas fazendo mesmo um

trocadilho com a sigla e chamando-lhe Centro Partidário para o Recrutamento. Acusou ainda o CPR de se preocupar mais com meras questões de cosmética política e jornalística, do que com as questões de fundo e alertou a este respeito a Assembleia para o facto do CPR ter publicado um folheto, com falsificação de imagens, informação enganosa, de teor propagandístico e publicitário, não admissível a um serviço público, serviço este que classificou de incompetente, dando como exemplos a falta de rigor, até na informação enviada para o Jornal Oficial.

Mais uma vez o Partido Popular assume o papel de protagonista principal na defesa dos legítimos interesses dos sinistrados do sismo de 9 de Julho. (*Diário ALRA n.º 73*)

Deputado João Greves: CORVO À BEIRA DO DRAMA

“Se é certo que os Corvinos podem ser exemplo de tenacidade, apego à terra e capacidade de sobrevivência, também todos sabemos que tudo tem limites, porque agora o Corvo pode estar à beira de um drama”, disse o Deputado Corvino no início de uma intervenção no Parlamento.

E continuou “para além dos graves problemas que afectam aquela ilha, muitos dos quais aqui já levantei, hoje estamos confrontados com mais um grande problema, porque a mãe natureza às vezes se nos revela madrastra e nos impõe condições adversas; uma delas passa pela falta de água”, explicando depois as razões que a tanto levaram.

O Deputado João Greves, do Partido Popular, afirmou depois que “a Câmara Municipal do Corvo tem-se mostrado preocupada com este grave problema, que pode ser catastrófico. O Governo Regional também tem que se preocupar com o este assunto. As almas que vivem no Corvo são açorianos como os demais e se é certo que o Governo Regional, em matérias importantes, frequentemente se esquece dos que ali vivem, num assunto tão importante como a água, este esquecimento seria imperdoável”.

O Deputado Popular diria ainda que “trata-se de um problema que em muito ultrapassa a capacidade do Município do Corvo e que merece ser olhado como um problema regional dos Açores”.

(*Diário ALRA n.º 67*)